

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO FINAL DA FRENTE PARLAMENTAR DO RIO TEJIPIÓ E SUA IMPORTÂNCIA SOCIOAMBIENTAL

Coordenador-Geral: Deputado João Paulo do PT

Membros efetivos

Deputada Dani Portela
Deputado Izaías Régis
Deputado João de Nadegi
Deputado Joaquim Lira
Deputado Mário Ricardo
Deputado Rodrigo Farias
Deputado Romero Albuquerque
Deputado Romero Sales Filho
Deputado Sileno Guedes
Deputada Simone Santana
Deputada Socorro Pimentel
Deputado Waldemar Borges
Deputado William Brígido

Sumário

1. APRESENTAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR 3

1.1. Constituição e justificativa 3

1.2. Composição 4

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E PRINCIPAIS ASPECTOS RELACIONADOS À BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TEJIPIÓ 5

3. DAS REUNIÕES 14

3.1. Reunião de instalação 14

3.2. Primeira Reunião Ordinária 20

3.3. Segunda Reunião Ordinária 22

3.4. Terceira Reunião Ordinária 27

3.5. Quarta Reunião Ordinária 36

4. CONCLUSÕES DA FRENTE PARLAMENTAR 44

4.1. Diagnóstico dos principais aspectos 44

4.2. Recomendações parciais da Frente Parlamentar 53

1. APRESENTAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR

1.1. Constituição e justificativa

A Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental tem origem no Requerimento nº 1377/2023, de autoria do Deputado João Paulo do PT, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Legislativo do dia 22 de novembro de 2023 e aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco no dia 28 de novembro de 2023.

Conforme o citado requerimento, a criação da Frente Parlamentar é uma medida urgente e necessária para enfrentar os múltiplos desafios socioambientais que afetam o curso d'água e as comunidades ao seu redor. O Rio Tejipió atravessa três municípios (Recife, Jaboatão dos Guararapes e São Lourenço da Mata) e banha 34 bairros populosos, muitos deles localizados em áreas de vulnerabilidade social e econômica.

As populações que vivem às margens do Tejipió, majoritariamente compostas por negros e pardos, estão em situação de precariedade habitacional e enfrentam cotidianamente os impactos da degradação ambiental do rio. O descarte de lixo e esgoto diretamente em suas águas, somado ao assoreamento, agrava as inundações frequentes que afetam essas áreas densamente povoadas, comprometendo a saúde, a segurança e a qualidade de vida de milhares de cidadãos.

A urgência de intervenções governamentais se torna ainda mais evidente diante das demandas da população e de movimentos sociais, como o Fórum Popular do Rio Tejipió, que clamam por ações de requalificação das áreas degradadas, urbanização das margens e recuperação do rio.

Portanto, a criação da Frente Parlamentar do Rio Tejipió é essencial para mobilizar esforços do poder público e da sociedade civil organizada e articular de forma mais efetiva políticas públicas que visem à recuperação ambiental, à justiça social e à melhoria das condições de vida das comunidades impactadas por esse importante recurso hídrico.

O prazo de funcionamento da Frente Parlamentar é de até dois anos, podendo ser prorrogado, por igual período, nos termos do art. 282-A, do Regimento Interno da Alepe.

1.2. Composição

Na forma do art. § 4º do art. 359 do Regimento Interno da Alepe, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Deputado Álvaro Porto, deferiu o Requerimento nº 1377/2023, por meio do Ato nº 1019/2023, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Legislativo no dia 29 novembro de 2023.

O referido ato cria a denominada **Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental**, tendo como coordenador-geral o Deputado João Paulo do PT, e designa os seguintes membros efetivos para comporem a comissão, com as devidas atualizações até a presente data[1]:

MEMBROS EFETIVOS

Deputado João Paulo do PT (coordenador-geral)
Deputada Dani Portela
Deputado Izaías Régis
Deputado João de Nadegi
Deputado Joaquim Lira
Deputado Mário Ricardo
Deputado Rodrigo Farias
Deputado Romero Albuquerque
Deputado Romero Sales Filho
Deputado Sileno Guedes
Deputada Simone Santana
Deputada Socorro Pimentel
Deputado Waldemar Borges
Deputado William Brígido

[1] Data atual:23/02/2026.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E PRINCIPAIS ASPECTOS RELACIONADOS À BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TEJIPIÓ

O Rio Tejipió, que possui aproximadamente 20 quilômetros de extensão, nasce no município de São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana do Recife (RMR), passa por sete bairros do município de Jaboatão dos Guararapes (também na RMR) e atravessa vários trechos urbanos até desaguar no Rio Capibaribe, no Recife, cortando 27 bairros da capital de Pernambuco.

A área total da bacia é de 93,2 km², sendo mais de 70% (67,79 km²) dessa área pertencente ao município do Recife. É um curso d'água, portanto, de grande relevância para a capital pernambucana e sua região metropolitana.

Historicamente, o Rio Tejipió desempenhou um papel significativo no desenvolvimento da região, servindo como importante via de transporte e fonte de recursos hídricos e pesqueiros para as comunidades do seu entorno. Além disso, para a população ribeirinha que se desenvolveu ao longo de seu curso, o Tejipió possui um relevante valor histórico e cultural, estando inserido na memória coletiva e nas tradições locais.

No entanto, com o crescimento urbano desordenado e a intensificação das atividades humanas em sua bacia hidrográfica, o Rio Tejipió enfrenta um acentuado processo de degradação, que tem resultado em uma transformação significativa da sua paisagem natural.

A vegetação ciliar, que antes protegia as suas margens, foi em grande parte destruída, dando lugar a ocupações irregulares e empreendimentos imobiliários. Isso contribui para o assoreamento do leito do rio, diminuindo a sua capacidade de absorver e drenar as águas da chuva. Como consequência, o risco de enchentes é significativamente aumentado.

Além disso, o despejo de esgoto doméstico e industrial sem tratamento adequado diretamente no rio tem provocado a destruição de habitats aquáticos e a contaminação de suas águas. A falta de saneamento básico adequado na maioria das comunidades ao longo de seu curso agrava ainda mais essa situação, transformando o rio em um receptor de efluentes nocivos, um verdadeiro canal de esgoto a céu aberto. Por sua vez, o descarte inadequado

de resíduos sólidos também contribui para o agravamento da poluição e obstrução do fluxo natural do rio (figura 1).

Figura 1 - Acúmulo de lixo no leito do Rio Tejipió



Fonte: Folha PE.

A população que vive no entorno do Rio Tejipió é diretamente afetada por esses problemas. Durante o período chuvoso, o curso d'água, comprometido pela poluição e pelo assoreamento, não consegue suportar o volume das águas pluviais, transbordando e inundando as áreas adjacentes. Essas enchentes causam sérios danos materiais às residências e infraestruturas locais, além de colocarem em risco a segurança dos moradores (figura 2).

Figura 2 - Ruas atingidas pelas cheias do Rio Tejipió



Fonte: Diário de Pernambuco.

Devido à contaminação da água, as enchentes do Rio Tejipió representam também um grave risco à saúde pública, favorecendo a propagação de doenças de veiculação hídrica. Além disso, a degradação ambiental afeta diretamente a qualidade de vida da população, transformando o rio, que poderia ser um espaço de lazer e bem-estar, em um símbolo de poluição e perigo.

Em resumo, o Rio Tejipió, outrora um recurso natural vital para a região, encontra-se em estado crítico devido à ocupação desordenada e à falta de gestão ambiental. Esse é um exemplo claro de como a ausência de políticas públicas efetivas pode levar à degradação de ecossistemas essenciais. A revitalização do rio e a adoção de medidas de saneamento básico, controle de ocupação e recuperação ambiental são essenciais para garantir um futuro mais seguro e saudável para a população e para o meio ambiente.

Nesse contexto, considerando o grave processo de degradação que o rio enfrenta e os impactos diretos e significativos na qualidade de vida das comunidades no seu entorno, a criação de uma Frente Parlamentar na Assembleia Legislativa de Pernambuco para debater a situação do Rio Tejipió tem se revelado de extrema importância.

Ao reunir parlamentares, especialistas, representantes da sociedade civil e das comunidades afetadas e atuar como um fórum abrangente de discussão sobre as questões relacionadas ao rio, essa frente tem o potencial de orientar a elaboração de políticas públicas mais eficazes e adaptadas às realidades locais. Além disso, pode exercer pressão sobre os órgãos competentes para a implementação de medidas urgentes de recuperação ambiental, saneamento e planejamento urbano, minimizando assim os impactos negativos na vida das populações ribeirinhas.

Outra função essencial dessa Frente Parlamentar é promover a conscientização pública sobre a importância da preservação do Rio Tejipió. Por meio de audiências públicas, campanhas educativas e parcerias com instituições de ensino e pesquisa, a frente pode contribuir para o engajamento da sociedade em ações de preservação e recuperação do rio.

Assim, a Frente Parlamentar do Rio Tejipió é fundamental para garantir que o combate à degradação do rio seja tratado como uma prioridade, tanto do ponto de vista ambiental quanto social, visando à construção de um futuro mais sustentável e justo para as comunidades que dependem diretamente desse recurso natural.

Programa de requalificação e resiliência urbana em áreas de vulnerabilidade socioambiental – ProMorar Recife

O programa ProMorar, fruto de uma parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Prefeitura do Recife, tem como objetivo promover a requalificação urbana e a melhoria da qualidade de vida em áreas vulneráveis da cidade. Seu propósito é levar às comunidades o acesso a uma infraestrutura básica de cidadania, com ruas e passeios calçados, equipamentos de interesse social, áreas verdes, esgotamento sanitário, drenagem urbana, entre outros benefícios que proporcionem a toda população mais dignidade, conforto e qualidade de vida.

O programa está subdividido em três componentes. São eles: urbanização integrada, infraestrutura resiliente e inovação na política urbana e habitacional e enfrentamentos aos riscos climáticos.

As chuvas intensas em maio de 2022 evidenciaram a necessidade de impulsionar medidas de prevenção, de fortalecimento da resiliência e da capacidade de adaptação das estruturas urbanas na capital pernambucana em eventos climáticos extremos. Neste intuito, o ProMorar propõe o estudo e a implementação de soluções para a macrodrenagem da cidade, hoje incapaz de absorver e escoar a água das chuvas, e para a redução do risco de alagamentos e deslizamentos de terra nos períodos críticos.

O principal objetivo é reduzir o risco de inundações durante o inverno e realizar obras de infraestrutura para conter as encostas com ameaça de deslizamento. Para isso, é prevista a retirada e o reassentamento de 3 mil famílias em áreas de risco de alagamentos ou deslizamentos, a urbanização de 40 comunidades de interesse social e a redução do déficit habitacional.

De acordo com os estudos de drenagem urbana no Recife realizados para o ProMorar, o Rio Tejipió é uma das principais bacias da cidade e a mais crítica em termos de vulnerabilidade aos eventos climáticos, em comparação ao Capibaribe e Beberibe. Anualmente, o rio transborda da sua calha, inundando áreas mais baixas da bacia, como avenidas importantes (Recife, Mascarenhas de Morais e José Rufino) e diversos bairros (Ipsep, Imbiribeira, Coqueiral, Jardim São Paulo e Tejipió). São vários os pontos críticos de inundação e alagamento por influência do rio e também das marés sobre a rede de drenagem.

Para a bacia do Rio Tejipió, o ProMorar planeja intervenções de macrodrenagem, como a dragagem do rio, o alargamento da calha e a criação de um parque alagável, que ajudará a reduzir os alagamentos recorrentes. Além disso, há um enfoque na revitalização das margens, com a recuperação da vegetação ciliar, e na urbanização das áreas ribeirinhas, com a implementação de redes de esgoto e a remoção de habitações em áreas de risco. Essas medidas buscam não só restaurar a vitalidade do rio, mas também prevenir enchentes e melhorar as condições de vida das comunidades ribeirinhas, proporcionando um ambiente mais seguro e sustentável para os moradores ao longo da bacia do Tejipió.[2]

[2] Disponível em: <https://promorar.recife.pe.gov.br/sobre-o-programa/>. Acesso em: 16 set. 2024.

Uma das principais premissas do Programa ProMorar é a participação ativa das comunidades locais no planejamento das obras. No entanto, o programa vem sendo alvo de algumas críticas, especialmente relacionadas à falta de transparência e participação popular e à preocupação com os possíveis impactos sociais para os moradores dessas regiões.

Um dos principais problemas apontados é a insegurança das comunidades quanto à possibilidade de despejos. Moradores temem ser removidos de áreas de risco sem garantias de que serão reassentados em condições dignas, o que gera muita apreensão. Cerca de 90% dos entrevistados em um levantamento realizado pela Fase Pernambuco demonstraram esse medo, ressaltando a falta de clareza sobre os planos de reassentamento e a execução das obras em cada comunidade[3].

Outra crítica recorrente é a falta de participação popular no planejamento e na implementação do programa. Moradores de várias comunidades, como Jardim Uchôa e Padre Henrique, reclamam da ausência de diálogo efetivo com o governo municipal. Eles sentem que as decisões estão sendo tomadas de forma unilateral, sem incluir as demandas específicas de cada localidade.

Além disso, grupos comunitários e organizações sociais pedem maior transparência, solicitando que o cronograma, a execução orçamentária e os projetos do ProMorar sejam disponibilizados de maneira acessível e detalhada. Eles também reivindicam a criação de canais específicos de comunicação, como ouvidorias e uma base física do programa em cada comunidade.

Apesar das críticas, a prefeitura afirma que vem realizando "escutas ativas" e promovendo oficinas em várias comunidades para tentar otimizar o processo e garantir maior eficiência[4].

O site institucional do programa aponta que a metodologia participativa possui cinco etapas[5]:

a) Aproximação com lideranças, moradores e moradoras para apresentação do programa e seus componentes;

[3] Disponível em: <https://fase.org.br/pt/noticias/saiu-na-midia-temendo-despejos-comunidades-vulneraveis-do-recife-cobram-transparencia-do-promorar/>. Acesso em: 16 set. 2024.
[4] Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/26/10/2023/promorar-e-apresentado-aos-moradores-da-comunidade-de-areinha-no-coque>. Acesso em: 18 set. 2024.
[5]Disponível em: <https://promorar.recife.pe.gov.br/metodologia-participativa/>. Acesso em: 23 set. 2024.

b) Cocriação por meio do desenvolvimento de um processo participativo, do qual a população possa participar ativamente na identificação e priorização das problemáticas socioespaciais e no desenho de possíveis soluções para os territórios onde vivem;
c) Validação: busca compreender junto à população beneficiada se o projeto urbanístico elaborado supre as solicitações e demandas levantadas pelos moradores na etapa anterior. É um momento para continuar a coleta de opiniões para a construção coletiva de soluções;
d) Acompanhamento social das intervenções por meio da instalação de escritório local do ProMorar na comunidade beneficiada para atendimento da população com o objetivo de esclarecer dúvidas acerca do andamento das obras; e
e) Gestão compartilhada: após a conclusão das obras de urbanização, é efetuada a gestão compartilhada de equipamentos, oficinas de educação ambiental e patrimonial, bem como atividades de pós-ocupação.

O Programa ProMorar possui estimativa de investimento de 325 milhões de dólares, sendo 260 milhões oriundos do BID e o restante de contrapartida da Prefeitura de Recife, na ordem de 65 milhões, conforme a tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Componentes do Programa ProMorar[6]

Componentes	BID (U$$)	Contrapartida local (U$$)	Total (U$$)
Componente 1. Urbanização integrada	107.055.000	44.362.000	151.417.000
Componente 2. Infraestrutura resiliente	130.428.000	18.494.000	148.922.000
Componente 3. Modernização dos instrumentos de gestão urbana/ habitacional	9.341.000	2.144.000	11.485.000
Administração do Programa	13.176.000	-	13.176.000
Total	260.000.000	65.000.000	325.000.000

O programa está em execução, e a tabela abaixo resume as principais contratações realizadas pelo ProMorar Recife, disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas[7].

[6] Disponível em: https://promorar.recife.pe.gov.br/sobre-o-programa/. Acesso 25 de fevereiro de 2026

Tabela 2: Principais contratações realizadas no âmbito do Programa Promorar pelo Município de Recife

	Objeto	Valor estimado (R$)	Empresa contratada
1	ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 004/2024, REFERENTE A CONTRATAÇÃO PARCELADA DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ATENDER AS DEMANDAS DIVERSAS DO GABINETE DE GERENCIAMENTO DO PROMORAR, MUNICIPIO DO RECIFE, INCLUSIVE REMOÇÃO, LIMPEZA EM GERAL, FORNECIMENTO DE BARRO E DESCARREGO DOS ENTULHOS EM ATERRO SANITÁRIO OU EMPRESA RECICLADORA.	R$ 5.024.132,56	AC ENGENHARIA E SERVICOS LTDA
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIOS SOB PAVIMENTOS, LOCALIZADOS NOS BAIRROS IMBIRIBEIRA E IPSEP, NO MUNICÍPIO DO RECIFE/PE	R$ 14.325.736,10	CONSTRUTORA INGAZEIRA LTDA
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE CONTENÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DE ENCOSTAS E DA URBANIZAÇÃO INTEGRADA DA ÁREA DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - LOTE 22, LOCALIZADA NOS BAIRROS DO PASSARINHO, DOIS IRMÃOS, NOVA DESCOBERTA, VASCO DA GAMA, BREJO DA GUABIRABA, MANGABEIRA E DOIS UNIDOS, NA CIDADE DE RECIFE/PE	R$ 16.627.630,83	CONSORCIO PROMORAR LOTE 22 WB - FRF - SBC
4	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA A AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO DE LAZER, CULTURA E ESPORTE DA ÁREA DE VULNERABILIDADE AMBIENTAL VILA DO PAPEL/JOÃO PAULO II, NO BAIRRO DE SÃO JOSÉ, NA CIDADE DE RECIFE/PE	R$ 2.882.447,06	CONSTRUTORA FJ LTDA
5	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE CONTENÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DE ENCOSTAS E DA URBANIZAÇÃO DA ÁREA DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - LOTE 21, LOCALIZADA NOS BAIRROS DA VÁRZEA, COHAB IBURA E JARDIM JORDÃO, NA CIDADE DE RECIFE/PE.	R$ 41.300.322,24	CONSORCIO PROMORAR RECIFE
6	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE CONTENÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DE ENCOSTAS E URBANIZAÇÃO INTEGRADA DE ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, LOCALIZADAS NOS BAIRROS DE DOIS UNIDOS, ÁGUA FRIA E BREJO DA GUABIRABA, NA CIDADE DE RECIFE/PE.	R$ 32.399.834,68	CONSORCIO PROMORAR WB - FRF
7	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NAS ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA COMUNIDADE VILA BRASIL	R$ 14.288.532,33	CONSTRUTORA MARDIFI LTDA

[7] Disponível em : https://pncp.gov.br/. Acesso em 23 de fevereiro de 2026.

	Objeto	Valor estimado (R$)	Empresa contratada
8	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E EXECUÇÃO DE OBRAS NECESSÁRIAS À CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ACÚMULO E RETARDO DO ESCOAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, REDE DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO NA RUA ITACARÉ E NA RUA ITAMARACÁ, LOCALIZADAS NO BAIRRO DA IMBIRIBEIRA	R$ 4.411.913,24	SCAVE SERVICOS DE ENGENHARIA E LOCACAO LTD
9	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL SÃO JOSÉ, LOCALIZADO NO BAIRRO SÃO JOSÉ, NA CIDADE DE RECIFE/PE	R$ 46.535.627,51	SANCO ENGENHARIA LTDA
10	CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DAS FAMÍLIAS, E SUAS RESPECTIVAS MOBÍLIAS PARA NOVAS UNIDADES, CONFORME MEDIDAS COMPENSATÓRIAS PREVISTAS NOS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO INTEGRADA NAS COMUNIDADES DE INTERESSE SOCIAL - CIS, OBJETOS DE INTERVENÇÃO DO PROMORAR RECIFE	R$ 6.616.450,00	G DE SOUZA ADMISTRACAO DE OBRAS LTDA
11	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E EXECUÇÃO DE OBRAS NECESSÁRIAS À CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ACÚMULO E RETARDO DO ESCOAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, REDE DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO NA RUA ITACARÉ E NA RUA ITAMARACÁ, LOCALIZADAS NO BAIRRO DA IMBIRIBEIRA	R$ 5.058.993,60	CONSTRUTORA INGAZEIRA LTDA
12	CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO E RESILIÊNCIA URBANA EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – PROMORAR RECIFE	R$ 56.628.959,15	COLMEIA ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA
13	CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA TÉCNICA, ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA, DE GERENCIAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA APOIO AO GABINETE DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA – GGP NA GESTÃO DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO E RESILIÊNCIA URBANA EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – PROMORAR RECIFE	R$ 64.049.108,76	CONSORCIO TPF-ENGECONSULT-SYNERGIA
14	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DA URBANIZAÇÃO INTEGRADA DA ÁREA DE VULNERABILIDADE VILA DO PAPEL/JOÃO PAULO II - ETAPA 02	R$ 9.769.950,31	FRF CONSTRUCOES LTDA
15	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, INCLUINDO INSUMOS OU QUAISQUER SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA EXECUTAR O PERFILAMENTO DE TRECHO DA CALHA DO RIO TEJIPIÓ, LOCALIZADO AO LADO E NA EXTENSÃO DA AV. DESEMBARGADOR NESTOR DIÓGENES DE MELO.	R$ 3.987.021,09	SK INFRAESTRUTURA LTDA

	Objeto	Valor estimado (R$)	Empresa contratada
16	CONTRATACAO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUCAO DAS OBRAS DE URBANIZACAO DAS COMUNIDADES: IRMA DOROTHY. BEIRA DA MARE. NOVA ESPERANCA E ARITANA. LOCALIZADAS NO BAIRRO DA IMBIRIBEIRA. CIDADE DO RECIFE.	R$ 34.097.099,40	CONSTRUTORA VENANCIO LTDA

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados extraídos do Portal Nacional de Contratações Públicas.

3. DAS REUNIÕES

A Frente Parlamentar do Rio Tejipió, tendo em vista sua finalidade principal, bem como o cumprimento de sua missão fiscalizadora, desenvolveu seus trabalhos no período de 25 de março de 2024, quando foi instituída, até a data de aprovação deste relatório final.

Nesse período, o colegiado realizou uma série de reuniões, nas quais ouviu opiniões e sugestões de especialistas, autoridades e organizações da sociedade civil com vistas a discutir a problemática das inundações periódicas e o acúmulo do lixo que tanto afetam a vida da população no entorno do Rio Tejipió e desenvolver soluções integradas e sustentáveis para os problemas socioambientais do curso d'água. A participação desses agentes nas diversas reuniões de trabalho está devidamente registrada nesta seção.

3.1. Reunião de instalação

No dia 25 de março de 2024, em reunião realizada no Plenarinho I, do Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, ocorreu a instalação oficial da **Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental**.

Estiveram presentes: o Deputado Estadual João Paulo do PT, coordenador-geral da Frente Parlamentar; Liana Cirne, vereadora do município do Recife e presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores do Recife; André Araripe, representante da ONG Fase; Luiz Mendes, representante da entidade Coqueiral em Ação; Augusto Semente, representante do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchoa; Lorena Melo, representante do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social

(Cendhec); Géssica Dias, representante do Movimento Forte (Fórum Popular do Rio Tejipió); e Carol Vergolino, ex-deputada estadual.

Na abertura da reunião, o Deputado João Paulo do PT explicou que o objetivo do colegiado é contribuir com a proposição de soluções para os graves problemas socioambientais que afetam a vida da população residente nas proximidades do Rio Tejipió.

O parlamentar destacou que, historicamente, a bacia do Rio Tejipió transborda no período de chuvas, causando inundações, alagamentos e deslizamentos periódicos, que têm acarretado tragédias e danos irreversíveis para a população do entorno.

Segundo ele, a ausência de intervenção do poder público no Rio Tejipió tem impedido o avanço da economia local e ocasionado diversos problemas de saúde para os moradores da região, resultando em uma grave situação de vulnerabilidade social para essa população. O coordenador-geral da Frente Parlamentar ressaltou ainda os inúmeros problemas ambientais observados na bacia do Rio Tejipió, que incluem a retirada das matas ciliares, o assoreamento do rio e a contaminação das águas, dentre outros.

Frisou-se que o colegiado buscará escutar a população impactada, os governos municipais envolvidos e os estudiosos da área temática com o intuito de buscar soluções e encaminhá-las às autoridades competentes, além de sugerir proposituras com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população e reduzir os impactos ambientais na região.

Na sequência, foi apresentado o cronograma de atividades da Frente Parlamentar, nos seguintes termos:

Tabela 3 - Cronograma de atividades da Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental

1ª Reunião Ordinária
• Tema: Plano de Contingência para a Bacia do Rio Tejipió • Data: 18/04/2024, às 14h • Local: Plenarinho I, Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar • Mesa de Debate: Rejane Lucena, professora da UFPE; Cel. Cassio Sinomar, Defesa Civil do Recife; Ana Rita Suassuna, secretária de Assistência Social do Recife; Cel. Elton Moura, Defesa Civil de Jaboatão; Belize Câmara, Promotoria

de Meio Ambiente MPPE; DPPE.
2ª Reunião Ordinária • Tema: Reunião de escuta dos territórios situados na Bacia do Baixo Rio Tejipió • Data: 30/04/2024, às 18h • Local: Associação de Moradores do Ipsep • Mesa de Debate: Priscila, Movimento Ipsep Sustentável; Luiz, Cendhec; Emlurb; Joelma, Centro Mário de Andrade.
3ª Reunião Ordinária • Tema: Reunião de escuta dos territórios situados na Bacia do Médio Rio Tejipió • Data: 16/05/2024, às 18h • Local: Escola Marcelino Champagnat • Mesa de Debate: Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchoa; ONG Fase.
4ª Reunião Ordinária • Tema: Reunião de escuta dos territórios situados na Bacia do Alto Rio Tejipió • Data: 05/06/2024, às 18h • Local: Sede do Instituto Solidare • Mesa de Debate: Movimento Forte; Coqueiral em Ação; ONG Fase.
5ª Reunião Ordinária • Tema: Reunião acerca da situação socioambiental crítica da Bacia do Rio Tejipió, transparência sobre o ProMorar e ações coordenadas para enfrentar enchentes, saneamento precário e vulnerabilidades urbanas. • Data: 26/05/2025, às 10h • Local: Edifício Miguel Arraes de Alencar, Assembleia Legislativa de Pernambuco • Mesa de Debate: Fabrízio List, professor do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE; Marcelo Cauás Asfora, secretário executivo de Infraestrutura Hídrica do Governo do Estado; Coronel Clóvis Ramalho, secretário executivo de Defesa Civil do Governo do Estado; Clênio Torres, representante da Apac; Gérson Vicente, representante da Secretaria de Meio Ambiente de São Lourenço da Mata; Rildo Wanderley, representante do Movimento Forte; André Araripe, representante da Fase.
5ª Reunião Ordinária • Possibilidade de intervenção do Governo do Estado na Bacia do Rio Tejipió

- Data: 03/11/2025, às 10h
- Local: Edifício Miguel Arraes de Alencar, Assembleia Legislativa de Pernambuco
- Mesa de Debate: Larissa Ferreira, representante da Secretaria de Recursos Hídricos do Governo do Estado; Pedro Ribeiro, secretário executivo das Periferias do Governo do Estado; André Araripe, representante da Fase – Solidariedade e Educação; Géssica Dias, representante do Fórum Popular do Rio Tejipió (Forte); Cristinalva Lemos , representante do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec).

Dando continuidade, os representantes da sociedade civil foram convidados a apresentar suas reflexões. Primeiramente, Géssica Dias, representante do Movimento Forte, destacou a importância e a necessidade da participação popular nas intervenções públicas e obras em andamento na bacia do Rio Tejipió. A convidada ainda destacou a importância de o Rio Tejipió passar a ser visto como um elemento natural importante na convivência coletiva, que necessita ser preservado e protegido, não sendo considerado apenas um canal.

André Araripe, representante da ONG Fase, destacou a importância de construir as soluções em conjunto com a comunidade. De acordo com o convidado, o Programa ProMorar da Prefeitura de Recife soluciona apenas 30% dos problemas de alagamento do rio, além de prever a dragagem de aproximadamente 30% do recurso hídrico. André ainda ressaltou a necessidade de convite de representantes do Governo do Estado de Pernambuco para a participação nos trabalhos da Frente Parlamentar, uma vez que a problemática engloba municípios pertencentes à Região Metropolitana (Recife, Jaboatão dos Guararapes e São Lourenço da Mata).

A ex-deputada Carol Vergolino ressaltou a gravidade e a urgência de intervenção pública na bacia. Destacou ainda a necessidade de revisão do atual plano de contingência, uma vez que há precariedade na proposta existente. A convidada destacou a necessidade de uma atuação do Governo de Pernambuco e de um olhar além do Programa ProMorar. A ex-deputada ainda frisou a necessidade de verificar a existência de intervenções na Bacia do Rio Tejipió pelas prefeituras de Jaboatão dos Guararapes e de São Lourenço da Mata.

Lorena Melo, representante do Cendhec, ressaltou, de forma sucinta, a necessidade de fiscalização e acompanhamento das intervenções públicas.

Luiz Mendes, representante da entidade Coqueiral em Ação, frisou a precariedade das condições de vida das populações atingidas e a necessidade de um olhar atento do poder público. Ainda destacou a gravidade da questão de saúde pública das comunidades que vivem às margens do Rio Tejipió, que sofrem com graves complicações em função das péssimas condições sanitárias enfrentadas.

Por fim, Augusto Semente, representante do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchoa, destacou a necessidade de preservar as matas que se situam próximas à bacia, especialmente a Mata do Engenho Uchoa, que se encontra em propriedade particular.

A vereadora do Município do Recife, Liana Cirne, fez colocações destacando a necessidade urgente de solução para os problemas existentes no Rio Tejipió. A parlamentar ocupa a presidência da Comissão de Meio Ambiente na Câmara de Vereadores do Recife e já verificou *in loco* a gravidade da situação, por meio de visitas às áreas afetadas.

A vereadora citou o grave problema de divisão de competências envolvendo essa temática, uma vez que o município possui competência para a gestão dos resíduos sólidos, no entanto, a atribuição de gestão dos recursos naturais, como os rios, é compartilhada entre Estados e União, de acordo com a extensão do rio.

Salientou ainda a necessidade de engajamento do Governo do Estado de Pernambuco para auxiliar os municípios na gestão de resíduos sólidos, em razão dos grandes volumes financeiros necessários. A parlamentar também frisou a ausência de convênios dos municípios com o Estado, especialmente na gestão de resíduos.

O Deputado João Paulo do PT ressaltou a necessidade de relações republicanas entre as diferentes instâncias de poder. O parlamentar destacou a urgência de promoção de uma política de educação ambiental e de coleta do lixo nas ruas para a preservação ambiental e redução dos impactos adversos sobre a população.

Por fim, o deputado sugeriu e encaminhou a realização de uma visita ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco para solicitar auxílio na

fiscalização das intervenções e obras públicas realizadas na bacia do Rio Tejipió e convocou a próxima reunião para o dia 18 de abril, às 11h, no Plenarinho I, localizado no Edifício Miguel Arraes, para discussão do Plano de Contingência para a Bacia do Rio Tejipió, com a presença de representantes da sociedade civil e das autoridades envolvidas.

Encaminhamento**:** Convocação de nova reunião para o dia 18 de abril, às 11h, no Plenarinho I, localizado no Edifício Miguel Arraes.

Figura 3 - Reunião de instalação da Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental



Foto: Giovanni Costa.

3.2. Primeira Reunião Ordinária

No dia 18 de abril de 2024, em reunião realizada no Plenarinho I, do Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, ocorreu a 1ª reunião ordinária da **Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental**.

O objetivo da reunião era tratar dos Planos de Contingência da Bacia do Rio Tejipió, por meio do diálogo com os representantes dos municípios envolvidos e demais interessados.

Estiveram presentes: o Deputado Estadual João Paulo do PT, coordenador-geral da Frente Parlamentar; Assis Lacerda, representante do Crea-Pernambuco; Luana Melo, Defensora Pública; Ana Cavalcante, representante do Crea-Jaboatão dos Guararapes; Gisele Vieira, representante da Defesa Civil do Recife; Géssica Dias, representante do Movimento Forte (Fórum Popular do Rio Tejipió); dentre outros.

A representante da Defesa Civil do Recife, Gisele Vieira, começou sua fala destacando que o órgão municipal atua principalmente nas fases de prevenção e preparação para desastres, com ênfase na resposta a eventos climáticos extremos. Ela mencionou que os meses de maio a agosto são os mais chuvosos no município, com maior concentração de chuvas entre junho e agosto.

Gisele também mencionou a existência de um centro de operações integradas da Prefeitura do Recife, que conta com a participação permanente de 13 secretarias. Esse centro tem como objetivo tratar, de forma ampliada e interdisciplinar, os principais desafios sociais, incluindo a criação de protocolos de atendimento para emergências, como deslizamentos e inundações.

Ela informou ainda que o município monitora o leito dos rios que cortam Recife, incluindo a Bacia do Rio Tejipió, destacando a existência de um Plano de Intervenção específico para esse rio. Gisele salientou que, em 2024, foram alocados R$ 314 milhões em recursos municipais para ações preventivas contra desastres. O Rio Tejipió está contemplado no Programa ProMorar, uma parceria com o Banco Mundial, que prevê um investimento de R$ 40 milhões neste ano. Entre as medidas previstas pelo programa estão o alargamento do rio, a instalação de pluviômetros, dragagem e o reassentamento de famílias.

Por fim, Gisele anunciou que, na próxima semana, estará disponível no site da prefeitura o plano de Ação de Inverno, que detalha as estratégias e medidas previstas para o período chuvoso.

Em seguida, o Deputado João Paulo do PT, coordenador-geral da frente, ressaltou os riscos decorrentes das mudanças climáticas que afetam principalmente a população de baixa renda. O parlamentar destacou diversos fatores que comprometem a sustentabilidade do rio, como o despejo de lixo, o acúmulo de sedimentos e o assoreamento. Esses problemas causam danos significativos ao ecossistema e geram graves prejuízos sociais e econômicos.

O deputado também enfatizou a importância de melhorar e ampliar o acesso ao saneamento básico, além de fortalecer os mecanismos de fiscalização e promover a educação ambiental entre a população.

Na sequência, Ana Cláudia, representante da Defesa Civil de Jaboatão dos Guararapes, ressaltou que o município conta com um plano abrangente de prevenção a inundações. Embora não tenha mencionado especificamente o Rio Tejipió, ela explicou que o plano engloba diversas áreas de risco no município e visa mitigar os impactos de eventos climáticos extremos.

Géssica Dias, representante do Fórum Popular do Rio Tejipió, observou que as inundações já não são mais apenas uma consequência do período de inverno, mas um evento constante. Ela destacou que o Plano de Contingência oferece apenas uma resposta de curto prazo e reforçou a urgência de desenvolver um plano comunitário. Esse plano teria o objetivo de capacitar as organizações da sociedade civil, fornecendo à comunidade as informações e ferramentas necessárias para lidar com os desafios.

Ela também enfatizou a importância de implementar a educação ambiental de forma contínua, com o apoio das organizações civis, ressaltando que qualquer ação pública só será eficaz se a população compreender a dinâmica social local. Por fim, ela apontou que a população não mantém nenhum tipo de diálogo com a Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, o que agrava a falta de soluções duradouras para os problemas enfrentados.

Por fim, o deputado sugeriu e encaminhou a realização de uma visita ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco para solicitar auxílio na fiscalização das intervenções e obras públicas realizadas na bacia do Rio Tejipió e convocou a próxima reunião para o dia 16 de maio de 2024, na

Associação de Moradores do Ipsep, a fim de realizar a escuta pública da população residente nos territórios situados na Bacia do Baixo Rio Tejipió.

Encaminhamento**:** Convocação de nova reunião para o dia 16 de maio, na Associação de Moradores do Ipsep.

Figura 4 - Primeira reunião ordinária da Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental



Fonte: Instagram/Divulgação.

3.3. Segunda Reunião Ordinária

No dia 16 de maio de 2024, em reunião realizada na Associação de Moradores do Ipsep, ocorreu a 2ª reunião ordinária da **Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental**.

O objetivo da reunião era realizar a escuta pública da população residente nos territórios situados na Bacia do Baixo Rio Tejipió.

O Deputado João Paulo do PT abriu a reunião destacando que o planejamento urbano das cidades historicamente desconsiderou a necessidade de convivência harmoniosa com o meio ambiente, resultando em uma urbanização que ignora a preservação de recursos naturais. Ele reforçou que essa desconexão exige uma mobilização ativa da comunidade para garantir

que os interesses sociais e ambientais sejam devidamente contemplados nas políticas públicas.

O parlamentar enfatizou que as mudanças climáticas têm causado problemas urbanos cada vez mais graves, especialmente em áreas densamente povoadas e vulneráveis. Ele citou como exemplo a tragédia ocorrida em Recife, em 2022, que afetou de maneira desproporcional a população socialmente mais vulnerável, revelando a necessidade urgente de políticas mais eficazes e preventivas.

João Paulo do PT destacou que a realização daquela reunião diretamente na comunidade, fora do espaço tradicional da Assembleia Legislativa, representava uma inovação importante, que contribuía para aproximar o parlamento da sociedade civil, facilitando um diálogo mais aberto, participativo e colaborativo, fortalecendo o vínculo entre os representantes e a população. Ele reiterou a importância de manter essa ponte ativa, a fim de construir soluções conjuntas e promover uma resposta mais integrada e justa aos desafios urbanos e ambientais.

Em seguida, Priscila França, representante do Movimento Forte, destacou o sofrimento contínuo da comunidade diante dos frequentes alagamentos e da inação do poder público, ressaltando a falta de um cronograma de intervenções na área. Ela também criticou a ausência da Emlurb na reunião, já que esse órgão é o principal responsável pela elaboração do plano emergencial de inverno.

Priscila enfatizou a falta de ações concretas por parte das autoridades e o medo constante da população de perder seus bens e, pior ainda, suas vidas. Ela apontou que o Plano de Contingência previsto para 2024 é uma simples repetição do ano anterior, sem qualquer diálogo com a comunidade. Além disso, mencionou que o Programa ProMorar tem avançado sem qualquer interação ou consulta com os moradores, o que agrava o sentimento de exclusão.

Por fim, Priscila criticou o Governo de Pernambuco, afirmando que ele também tem sido omisso com a comunidade, tendo prometido milhares de casas que até agora não foram entregues, aprofundando o sentimento de desamparo da população.

Na sequência, a representante do Centro Dom Helder Câmara destacou a importância de ouvir a comunidade durante a reunião, sublinhando o sofrimento da população e a falta de respostas adequadas do poder público. Ela alertou para o colapso climático em curso, que exige uma atuação imediata para reduzir e minimizar os danos. Segundo a representante, Recife enfrenta um racismo ambiental, onde os efeitos das mudanças climáticas afetam desproporcionalmente a população pobre e vulnerável, demandando ações urgentes para mitigar esses problemas.

A representante do Movimento Mulheres Guerreiras observou que os parques alagados planejados para a região levarão cinco anos para serem concluídos, o que exige ações imediatas para a limpeza dos canais. Ela enfatizou que a Emlurb ainda não terminou o serviço de limpeza do canal na área e que o término foi adiado para julho.

O Deputado João Paulo do PT, em aparte, destacou a complexidade de Recife e a extrema vulnerabilidade da população, ressaltando a necessidade de priorizar e selecionar obras essenciais.

Em seguida, Ilza, representante do Movimento Empoderadas do Ipsep, mencionou o sofrimento contínuo da população, que frequentemente perde bens, enfrenta problemas de saúde mental e vive em condições de estresse constante. Ela também reforçou que a Emlurb ainda não realizou a limpeza das valas.

A vereadora Liana Cirne parabenizou o Deputado João Paulo do PT pela realização da reunião e destacou que, desde 2022, tem acompanhado as enchentes e os problemas enfrentados na região. Para ela, o Recife não está adequadamente preparado para as chuvas de inverno, uma vez que várias áreas não receberam intervenções adequadas. Além disso, as perdas causadas pelas chuvas não são apenas materiais, mas também afetam a saúde mental e a qualidade de vida da população.

Em seguida, a Gerente Social da Defesa Civil, Patrícia Albuquerque, abordou a gravidade das situações enfrentadas durante o período de chuvas e as significativas dificuldades para implementar ações preventivas. Ela ressaltou que a Defesa Civil faz parte de um conjunto organizacional integrado, e, portanto, não pode impor soluções de forma isolada. Patrícia destacou que, embora o órgão já tenha realizado atividades preventivas, como simulações em

algumas áreas, é crucial que haja um trabalho conjunto, articulado e coletivo para enfrentar os desafios.

O secretário executivo de Infraestrutura elogiou a participação ativa da comunidade e a iniciativa do Deputado João Paulo do PT. Ele destacou que a Bacia do Rio Tejipió apresenta o quadro mais grave entre as bacias hidrográficas de Recife, com enchentes recorrentes exacerbadas pelas mudanças climáticas. O secretário sugeriu que a Frente Parlamentar convidasse a Secretaria de Recursos Hídricos para futuros eventos, já que essa pasta possui atribuições específicas para lidar com a questão.

A Defensora Pública, Luana Melo, parabenizou a escuta ativa nos territórios como uma abordagem essencial para a participação social. Ela informou sobre duas ações civis públicas em andamento que questionam o uso de critérios desatualizados para o pagamento de benefícios e mencionou o não pagamento de auxílios a mais de mil pessoas devido a restrições legais.

Petrônio Filho, representante da população local, destacou que há décadas vem alertando sobre a grave situação do Rio Tejipió e a necessidade de remoção dos moradores das proximidades do rio, com o pagamento de indenizações justas. Ele também questionou o processo de construção dos parques alagados.

Géssica Dias, representante do Movimento Forte (Fórum Popular do Rio Tejipió), registrou a ausência de representantes da Emlurb, do Ministério Público e de outros órgãos importantes. Ela apontou a ausência de políticas públicas estratégicas, a falta de previsão orçamentária para intervenções na Bacia do Rio Tejipió e destacou que o Programa ProMorar é uma solução de médio a longo prazo, sem impacto imediato para remediar a situação grave enfrentada pela população.

Por fim, o Deputado João Paulo do PT observou que as informações necessárias para resolver o problema não foram apresentadas e que há uma falta de integração entre as secretarias do Município do Recife. Ele também destacou a ausência de diálogo e entendimento entre a Prefeitura e o Governo do Estado de Pernambuco. O deputado propôs a formação de uma comitiva para estabelecer um diálogo com o Secretário de Recursos Hídricos e a realização de uma reunião com a Emlurb para apresentar as reivindicações e formular um plano de ação imediato.

Encaminhamento: Convocação de nova reunião para o dia 5 de junho para continuação da escuta da população nos territórios afetados.

Figura 5 - Segunda reunião ordinária da Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental



Fonte: Alepe/Divulgação.

3.4. Terceira Reunião Ordinária

No dia 19 de junho de 2024, em reunião realizada na Escola Estadual Marcelino Champagnat, no bairro de Tejipió, ocorreu a 3ª reunião ordinária da **Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental**.

O objetivo da reunião foi realizar a escuta pública da população residente nos territórios situados na Bacia do Médio Rio Tejipió. Essas populações convivem há décadas com problemas socioambientais como enchentes e falta de saneamento básico.

Estiveram presentes: o Deputado João Paulo do PT, coordenador-geral da Frente Parlamentar; Liana Cirne, vereadora do município do Recife; professor Marcos, diretor da Escola Estadual Marcelino Champagnat; Assis Lacerda, representante do Crea-Pernambuco; Vera Lúcia de Brito, representante da Defesa Civil do Recife; Augusto Semente, representante do Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchoa; André Araripe, representante da ONG Fase; Lula de Coqueiral, representante do Movimento Coqueiral em Ação; dentre outros.

O Deputado João Paulo do PT abriu a reunião saudando os presentes e esclarecendo a todos que estava ali como representante da Assembleia Legislativa de Pernambuco e da Frente Parlamentar do Rio Tejipió, aprovada por unanimidade pela Casa Legislativa.

O parlamentar afirmou conhecer e acompanhar a gravidade da situação em que se encontra a bacia do Rio Tejipió e o quanto a população é afetada das mais diversas formas por tal situação.

Ele também reforçou que o dever da Frente Parlamentar é reunir as pessoas interessadas, debater a temática, pressionar os responsáveis e buscar alternativas junto aos poderes públicos municipal, estadual e federal.

O professor Marcos destacou a importância de abrir espaços de diálogo para que a sociedade se organize cada vez mais e se torne protagonista das transformações sociais necessárias à melhoria da sua qualidade de vida. Ele expressou o desejo de que mobilizações e reuniões como aquela se tornem

sistemáticas, em vez de ocorrerem apenas de forma esporádica, após catástrofes e desastres. Marcos lembrou que a degradação do Rio Tejipió é um problema que persiste há muito tempo, com poucas ações concretas tomadas para resolvê-lo, e reforçou que só por meio da organização social a população afetada pode reivindicar seus direitos e recuperar sua dignidade.

Assis Lacerda, representante do Crea-Pernambuco, afirmou que a bacia do Rio Tejipió é formada por diversos ambientes distintos e que, especialmente nos trechos onde o rio atravessa áreas urbanas, é essencial agir com mais objetividade e rapidez na recuperação da capacidade de drenagem do corpo d'água. Isso é particularmente importante devido à maior concentração de pessoas nessas regiões, onde o risco de desastres e o potencial de danos e prejuízos são maiores.

Vera Lúcia de Brito, representante da Defesa Civil do Recife, discorreu sobre o papel fundamental do órgão no apoio à população, destacando a importância das vistorias em residências como uma medida preventiva crucial. Ela enfatizou que a Defesa Civil não apenas realiza inspeções para avaliar riscos estruturais e de segurança, mas também oferece orientações sobre como mitigar possíveis ameaças. Além disso, Vera Lúcia ressaltou que qualquer cidadão tem o direito de solicitar uma vistoria, reforçando o compromisso da Defesa Civil com a segurança e o bem-estar da comunidade.

Augusto Semente enfatizou a relevância da criação da Frente Parlamentar do Rio Tejipió, especialmente no atual contexto de mudanças climáticas, que já se fazem sentir de maneira contundente, como demonstrado recentemente no Estado do Rio Grande do Sul. Ele sublinhou a importância dos movimentos sociais na luta da população para alcançar suas necessidades e pressionar o poder público a agir de maneira efetiva. Além disso, Augusto destacou a relação intrínseca entre o Rio Tejipió e as áreas de mata ao longo de seu percurso, como a Mata do Engenho Uchoa, ressaltando a importância da preservação dessas florestas.

Ele explicou que essas áreas verdes funcionam como verdadeiras esponjas naturais, ajudando a conter enchentes. Sem a proteção dessas matas, a situação, que já é crítica, com desastres e alagamentos recorrentes, pode se agravar ainda mais, resultando em consequências devastadoras para a população e o meio ambiente.

André Araripe, representante da ONG Fase, apresentou uma análise detalhada sobre o Programa ProMorar da Prefeitura do Recife, destacando aspectos cruciais desse projeto. Ele enfatizou que, por meio desse programa, foram captados R$ 500 milhões destinados exclusivamente à bacia do Rio Tejipió. Esses recursos visam a financiar a macrodrenagem do rio, incluindo dragagem e outras obras estruturais essenciais para a mitigação de enchentes. Além disso, uma outra parcela dos fundos captados será investida em obras de urbanização integrada em 40 comunidades do Recife, com prioridade estabelecida por contrato para aquelas classificadas nos níveis de risco 3 e 4, referentes a alagamentos e deslizamentos de terra.

Contudo, André Araripe denunciou que essa regra de prioridade não está sendo respeitada. Ele apontou que, apesar do compromisso formal, comunidades classificadas como risco 2 foram incluídas no programa, enquanto outras em risco 4, como a comunidade do Sapo Nu, que enfrenta problemas críticos de alagamentos, ainda não foram contempladas como beneficiárias. Essa situação revela uma discrepância preocupante na execução do programa, comprometendo a eficácia das ações destinadas às áreas mais vulneráveis.

Sugestão de encaminhamento para a Frente Parlamentar: Recomenda-se que a Frente Parlamentar interceda junto ao Programa ProMorar da Prefeitura do Recife para garantir que as ações do programa realmente priorizem as comunidades classificadas nos níveis de risco 3 e 4, conforme previsto inicialmente. Além disso, sugere-se que, no contexto específico da bacia do Rio Tejipió, a comunidade do Sapo Nu, classificada como risco 4, seja incluída entre as comunidades a serem beneficiadas. A inclusão dessa comunidade é essencial, dada a gravidade dos problemas que enfrenta, especialmente em relação aos alagamentos frequentes e ao impacto negativo sobre seus moradores. Essa intervenção contribuirá para assegurar que os recursos e esforços sejam direcionados de maneira justa e eficaz às áreas mais vulneráveis, promovendo uma resposta mais equitativa e assertiva às necessidades urgentes dessas populações.

Lula de Coqueiral, representante do Movimento Coqueiral em Ação, pediu mais visibilidade por parte da Prefeitura do Recife para a comunidade do Coqueiral. Ele destacou que a comunidade enfrenta problemas significativos

em duas frentes distintas. Na área de morro, existem cinco barreiras classificadas como risco 4, algumas das quais já foram condenadas pela Defesa Civil e estão constantemente ameaçadas por deslizamentos de terra. Paralelamente, na área plana da comunidade, os problemas com alagamentos são recorrentes e afetam gravemente a qualidade de vida dos residentes. Segundo ele, é essencial que a frente aborde a situação das barreiras de risco e as necessidades específicas da área de morro para garantir uma resposta abrangente e eficaz às múltiplas ameaças enfrentadas pela comunidade. Essa abordagem contribuirá para uma solução mais integrada e coordenada, levando em consideração tanto os problemas de deslizamentos quanto os de alagamentos que afetam a população.

Sugestão de encaminhamento para a Frente Parlamentar: Recomenda-se que a Frente Parlamentar inclua na pauta de discussão as questões relativas às áreas de morro.

Liana Cirne, vereadora do Recife, destacou seu acompanhamento sistemático das comunidades e indivíduos afetados pelas chuvas na cidade. Ela reconheceu a importância do Programa ProMorar e o significativo valor captado para investimentos no município, mas expressou veemente crítica à falta de um orçamento participativo no programa. Liana argumentou que, sem a participação ativa da população e a escuta das pessoas diretamente envolvidas, os recursos tendem a ser mal direcionados e não chegam às áreas que mais necessitam.

A vereadora também apontou os problemas estruturais enfrentados pelo município, como a precariedade do sistema de drenagem, especialmente devido à canalização inadequada dos rios e a carência do plano de drenagem. Ela mencionou também a ausência de programas de educação ambiental junto à comunidade voltados para a gestão de resíduos sólidos, o que resulta na transformação dos rios canalizados em esgotos a céu aberto.

Liana ressaltou, sob a ótica do racismo ambiental, que os mais impactados por essas questões são os mais pobres, e enfatizou que o investimento de recursos públicos deve ser feito de maneira equitativa, sem discriminação e sem privilegiar aqueles que já estão em uma posição econômica mais favorecida.

Sugestão de encaminhamento para a Frente Parlamentar: Solicitar a implementação de um orçamento participativo para a gestão das soluções relacionadas ao Rio Tejipió, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira justa e que as necessidades das comunidades mais afetadas sejam devidamente atendidas.

Após as intervenções de representantes de entidades como o Instituto Toró - Clima, Tecnologia e Cultura e o Cendhec, membros da comunidade foram ouvidos e destacaram outros problemas enfrentados pela população do entorno do Rio Tejipió.

Eduarda, mais conhecida como Duda, residente da Comunidade do Sapo Nu, iniciou sua fala compartilhando um episódio recente que havia abalado a comunidade. Durante um dia de chuvas intensas, uma árvore e um poste caíram sobre a casa de uma moradora, criando uma situação de risco imediato. Duda relatou a dificuldade em resolver o problema, destacando que, apesar de diversas tentativas de contato com a Defesa Civil, outros órgãos públicos e a empresa de energia, não obteve resposta. Sem alternativa, os moradores se viram forçados a realizar um protesto, bloqueando a BR-232, na esperança de chamar a atenção das autoridades para a grave situação que estavam enfrentando. Foi apenas após essa mobilização, com o apoio de organizações não governamentais (ONGs), que conseguiram finalmente atrair a atenção da Emlurb e da Celpe, mas, como ela destacou, isso evidencia o profundo descaso e o sofrimento diário da comunidade.

Além disso, Duda ressaltou que a comunidade sofre há décadas com os recorrentes problemas de alagamento causados pelo Rio Tejipió. Embora o rio atravesse a região em um trecho curto, ele está severamente assoreado, o que impede que o fluxo de água seja adequado durante períodos de chuva forte. Ela trouxe à tona casos de moradores que tiveram suas casas inundadas e destruídas devido à elevação do nível da água, lembrando que essa não é uma questão isolada, pois outras comunidades vizinhas também enfrentam o mesmo problema, tornando-se uma questão regional urgente.

Outro problema que tem agravado ainda mais a situação dos alagamentos foi denunciado por Duda em relação à reforma da BR-232. Durante a obra, foram instaladas manilhas para o escoamento da água da chuva proveniente da rodovia.

No entanto, essa solução não levou em conta as condições da comunidade, e, como resultado, quando a água escoa, ela arrasta não só a água da chuva, mas também esgoto da Ceasa e resíduos industriais de fábricas vizinhas, aumentando a poluição da área. Esse quadro tem gerado sérios riscos à saúde dos moradores, com o surgimento de ratos e outros problemas sanitários. Duda relatou que, recentemente, uma moradora foi internada com leptospirose, um reflexo direto da péssima condição de saneamento da região. Apesar de a comunidade finalmente ter recebido o apoio de agentes de saúde, a cobertura ainda é extremamente limitada e precária, deixando os moradores vulneráveis e sem as condições mínimas de segurança e dignidade.

Ana do grupo de mulheres do Totó, reforçou os problemas levantados por Eduarda, disse que esteve na comunidade do Sapo Nu para ajudar no dia em que o poste caiu e presenciou a situação desesperadora da moradora que estava com a casa energizada, com uma criança recém-operada dentro de casa e que falou com a empresa de energia e ouviu a resposta de que a empresa não ia até a comunidade intervir por que a comunidade não pagava energia.

Ela também denunciou diversas outras situações difíceis e desumanas que os moradores daquela comunidade e seu entorno enfrentam, especialmente quando acontecem as chuvas. São várias violações de direitos. Ela reforçou que os moradores vivem ali por necessidade e pela falta de políticas de habitação para a população pobre, e que acabam se submetendo a várias dessas situações degradantes. Por fim, agradeceu à Frente Parlamentar pelo espaço e por ouvir a comunidade.

Ana, integrante do grupo de mulheres do Totó, reforçou as questões mencionadas por Eduarda e compartilhou sua experiência pessoal ao visitar a comunidade do Sapo Nu no dia em que houve a queda do poste. Ela contou sobre a cena angustiante que presenciou, vendo a moradora com a casa energizada e com uma criança recém-operada dentro de casa. Para tentar resolver a situação, Ana conta que entrou em contato com a empresa de energia, mas a resposta que recebeu foi de total indiferença: a empresa afirmou que não interviria, pois a comunidade não pagava pela energia, ignorando completamente o risco iminente e a gravidade da situação.

Ana também denunciou outras inúmeras dificuldades enfrentadas pelos moradores, que se agravam especialmente durante o período de chuvas. Ela citou diversas violações de direitos que ocorrem com frequência na comunidade e nas áreas vizinhas, onde as condições de vida são precárias e os direitos básicos de segurança e dignidade são constantemente desrespeitados. Ana fez questão de destacar que os moradores não estão ali por opção, mas por uma questão de sobrevivência, uma vez que a falta de políticas públicas de habitação para a população mais vulnerável os obriga a viver em condições degradantes.

Ela concluiu seu discurso expressando sua gratidão à frente parlamentar pelo espaço concedido e pela oportunidade de ouvir as vozes da comunidade, ressaltando que esse é um passo importante para a luta por melhores condições de vida e pelo respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos.

Géssica Dias, representante do Fórum Popular do Rio Tejipió, iniciou sua fala expressando um profundo cansaço por ter que revisitar constantemente os mesmos problemas que afligem a região do Rio Tejipió. Ela relatou a frustração de discutir repetidamente questões que parecem não ter fim, destacando que a problemática do rio é anterior aos eventos extremos que sempre ocorrem. Segundo ela, há um “calendário anual de desastres” relacionado ao Rio Tejipió, uma previsibilidade das chuvas e dos alagamentos que se tornam praticamente inevitáveis a cada ano. O problema, já bem conhecido há décadas, não é novo para a prefeitura, que, no entanto, tem falhado em tomar medidas efetivas para prevenir ou resolver as recorrentes inundações.

Géssica afirmou que, enquanto isso, os moradores são forçados a se adaptar da maneira que podem, muitas vezes colocando seus móveis e eletrodomésticos nas casas de vizinhos que vivem em áreas mais altas, onde as águas não alcançam. Ela classificou essa situação como desumana, pois ninguém deveria ser obrigado a viver em condições de constante risco e incerteza.

Emocionada, contou como é doloroso e cansativo ouvir os relatos das pessoas afetadas, que vivem esse ciclo de sofrimento sem que nada de concreto seja feito para interrompê-lo. Para ela, a persistência desse problema sem soluções é uma clara demonstração de que há um uso político da miséria

e da vulnerabilidade da população, onde as questões estruturais são negligenciadas, e a dor das pessoas é explorada como moeda política.

Além disso, Géssica destacou a falta de transparência e a deficiência na comunicação com a população. Ela criticou a prefeitura por divulgar informações sobre as obras do programa ProMorar nas redes sociais, mas sem promover um diálogo real com a comunidade. Segundo ela, essas ações comunicativas parecem ser mais uma estratégia política do que um verdadeiro esforço para informar e esclarecer a população sobre os projetos que, teoricamente, visam resolver seus problemas. Esse distanciamento entre os gestores públicos e os cidadãos reflete uma política que, para ela, é mais preocupada com a aparência do que com a resolução efetiva das questões que afetam a vida dos moradores.

Iran, morador do bairro do Pachêco, iniciou sua fala parabenizando o Deputado João Paulo do PT pela iniciativa de promover um espaço de escuta para a população, reconhecendo a importância dessa aproximação entre representantes e cidadãos. Ele expressou total solidariedade à fala de Géssica, afirmando que compartilha do seu cansaço e frustração diante da realidade das comunidades afetadas. Iran enfatizou que o povo tem sofrido intensamente devido à falta de políticas públicas efetivas e ao abandono sistemático das áreas mais vulneráveis.

Concluindo seu discurso, Iran reforçou a importância de seguir na luta, afirmando que, apesar das dificuldades, não se pode desistir. Para ele, o cansaço é inevitável, mas a resistência e a união da comunidade são as únicas formas de pressionar por mudanças reais e transformar o cenário atual de abandono em um futuro de direitos garantidos e qualidade de vida para todos.

Dona Maria de Lourdes iniciou sua fala compartilhando o medo constante que sente toda vez que as chuvas começam. Ela explicou que, atualmente, ao ouvir a previsão de chuva, sua primeira reação é de temor, pois já sabe o que isso pode significar para sua vida e de sua família. Ela recordou com grande angústia a última cheia, quando as águas chegaram até o seu pescoço e por pouco não a levaram, uma experiência aterradora que ainda a assombra.

Maria de Lourdes também relatou que, na casa de seus familiares, a situação é igualmente desesperadora. Os mesmos problemas de alagamento

afetam a todos, e ela contou que seu irmão, devido aos constantes riscos e ao estresse gerado por essas situações, acabou perdendo a saúde. Ela declarou que não aguenta mais viver dessa forma, com o constante receio de que, a qualquer momento, a chuva traga mais destruição. Quando começa a chover, ninguém consegue descansar, pois todos ficam em vigília, temendo o pior, sem saber se a água vai invadir suas casas mais uma vez.

Apesar de tudo, Dona Maria de Lourdes finalizou sua fala com uma mensagem de fé. Ela afirmou acreditar que, apesar de toda a dor e sofrimento, a situação um dia vai melhorar, mantendo a esperança de que a luta por soluções eficazes trará mudanças reais para a comunidade.

Em sua intervenção final, o Deputado João Paulo do PT criticou a ausência de uma representação oficial da Prefeitura do Recife para prestar esclarecimentos à comunidade e anunciou que enviará um ofício solicitando uma resposta da prefeitura. Além disso, o deputado se comprometeu a oficiar o Procurador-Geral do Ministério Público sobre a ausência da entidade e a solicitar sua participação na próxima reunião.

O deputado parabenizou a mobilização de diversas entidades que demonstraram engajamento e sensibilidade em relação à vida das pessoas afetadas. Ele informou que levará os problemas relacionados ao Governo do Estado ao conhecimento do Executivo estadual e os problemas referentes à prefeitura ao prefeito. João Paulo convidou todos para a próxima reunião, agendada para o mês de agosto na comunidade do Coqueiral, que contará com a presença de representantes da sociedade civil e das autoridades envolvidas.

Encaminhamento: Convocar uma nova reunião para o dia 15 de agosto, às 18h, na Igreja Batista do Coqueiral.

Figura 6 - Terceira reunião ordinária da Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental



Fonte: Instagram/Divulgação.

3.5. Quarta Reunião Ordinária

No dia 15 de agosto de 2024 ocorreu a 4ª reunião ordinária da **Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental**, na Igreja Batista do bairro do Coqueiral, no Recife.

O objetivo da reunião foi realizar a escuta pública da população residente nos territórios situados na Bacia do Alto Rio Tejipió. Essas populações convivem há décadas com problemas socioambientais, como enchentes e falta de saneamento básico.

Estiveram presentes: o Deputado Estadual João Paulo do PT, coordenador-geral da Frente Parlamentar; Lorena Melo, representante do Cendhec (Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social); Géssica Dias, representante do Movimento Forte (Fórum Popular do Rio Tejipió); André Araripe, representante da ONG Fase; Alex Ramos, representante da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes; Ivo Lima, representante do Ministério Público de Pernambuco; Lula de Coqueiral, representante do Movimento Coqueiral em Ação; Assis Lacerda, representante do Crea-Pernambuco; Vera Lúcia de Brito,

representante da Defesa Civil de Recife; Ana Sampaio, representante do Crea-Jaboatão dos Guararapes; Ana Cláudia Farias, representante da Defesa Civil de Jaboatão dos Guararapes, dentre outros.

Inicialmente, a equipe da Frente Parlamentar fez uma apresentação sobre os objetivos do colegiado, o cronograma de atividades e os produtos que a frente pretende entregar para a sociedade, como um relatório contendo os principais pontos de discussão trazidos por entidades governamentais, pelos movimentos sociais e pela população durante as escutas públicas realizadas.

Considerando que o curso de água atravessa as cidades de São Lourenço da Mata, Jaboatão dos Guararapes e Recife, todas na Região Metropolitana, representantes da população alertaram que precisa ser feita uma ação conjunta entre os três municípios com vistas a solucionar os inúmeros problemas socioambientais que a comunidade enfrenta de maneira recorrente em virtude dos constantes alagamentos e enchentes que afetam a bacia do rio Tejipió. Eles destacaram especialmente a necessidade de melhoria da infraestrutura de saneamento básico na bacia, a preservação das matas ciliares ao longo do rio e a realização de ações de educação ambiental para os moradores do entorno do curso d'água, especialmente os ribeirinhos.

Adiante, representantes populares trouxeram suas reflexões, dentre as quais destaca-se a exposição de Rildo, integrante do Movimento Forte, pontuando o ineditismo da visita de uma Frente Parlamentar à população ribeirinha do Rio Tejipió e as graves consequências dos alagamentos do rio, especialmente no período de inverno, em razão da ocupação desordenada, do assoreamento e poluição do recurso hídrico. Frisou ainda a falta de trabalho de educação ambiental das prefeituras junto à população ribeirinha e a ausência de saneamento básico na região.

Joana, representante do Movimento Coqueiral em Ação, enfatizou a necessidade de atenção do poder público às barreiras. No caso, a representante apresentou a grave situação do local onde ela mora, em conjunto com outras 32 pessoas, que se encontra em uma barreira com nível máximo de perigo e indicação dos órgãos responsáveis de retirada imediata da população. No entanto, várias pessoas não possuem condições de buscar outras habitações encontrando-se em situação de grave risco.

Eduarda, moradora da comunidade de Sapo Nu, mostrou a carência da comunidade, os grandes impactos das chuvas na região e a necessidade de escuta e participação contínua da comunidade nas decisões públicas. A moradora cobrou a participação estadual e de todos os municípios envolvidos na Bacia do Rio Tejipió e ressaltou a falta de participação da comunidade nas decisões do ProMorar.

Na sequência Augusto Semente, representante do Movimento em Defesa da Mata Engenho Uchôa, abordou a necessidade de preservação da mata, que possui mais de 190 hectares e contribui para a redução dos alagamentos e desastres naturais. Além disso, frisou que o rio nasce em Jaboatão dos Guararapes e destacou a necessidade de envolvimento de outros órgãos governamentais, como a Secretaria de Meio Ambiente do Recife, a Compesa, a Secretaria de Meio Ambiente do Governo Estadual e o Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal, fortalecendo o dialogo interinstitucional.

Lorena Melo, representante do Cendhec (Dom Hélder Câmara), apresentou alguns dados acerca da ocorrência de desastres no Brasil, destacando que Pernambuco ocupou a 7ª colocação entre os estados mais afetados por enchentes e deslizamentos no país entre 1991 e 2022.

Lula de Coqueiral, representante do Movimento Coqueiral em Ação, ressaltou que, no território de Coqueiral, além dos problemas de enchentes e inundações nas áreas alagadas, também existem questões envolvendo as áreas de morro, com diversas barreiras de risco 4, que estão necessitando de intervenção há vários anos.

André Araripe, representante da ONG Fase, questionou a ausência do Governo do Estado na reunião, visto que o rio perpassa mais de um município. Destacou que não há projeto do Estado, nem de Jaboatão, nem de São Lourenço da Mata para o Rio Tejipió. Ressaltou a existência do Programa Pró-Morar, da Prefeitura do Recife, que se destina à contenção de encostas e conta com R$ 500 milhões para serem destinados exclusivamente ao Tejipió. Porém, ainda não há obra em andamento, apenas estudos e projetos.

Sugestão de encaminhamento para a Frente Parlamentar: Solicitar ao Programa ProMorar que sejam disponibilizados publicamente os estudos e projetos já realizados, a exemplo do Estudo Hidrológico da Bacia do Tejipió, que mostra quais são as áreas mais afetadas pelas chuvas e mais vulneráveis

a alagamentos, e se existe um plano de reassentamento das 3 mil famílias que o programa prevê que vão precisar ser realocadas.

Géssica Dias, representante do Movimento Forte (Fórum Popular do Rio Tejipió), destacou a briga de competências entre os órgãos municipais e estaduais quanto à responsabilidade sobre os problemas observados na bacia do Rio Tejipió e ressaltou a falta de transparência e participação popular nas tomadas de decisões ocorridas no âmbito do Programa ProMorar.

Sugestão de encaminhamento para a Frente Parlamentar: Convocar oficialmente, por meio da Câmara de Vereadores do Recife, a equipe gestora do ProMorar para prestar esclarecimentos sobre os detalhes do programa.

Alex Ramos, representante da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, afirmou que o tema é uma prioridade para o município. Ele destacou que têm sido realizados diversos investimentos e captação de novos recursos, mas enfatizou que é crucial que o governo estadual coordene as iniciativas, já que um município sozinho não consegue implementar ações eficazes de forma isolada.

Sugestão de encaminhamento para a Frente Parlamentar: Agendar uma reunião exclusiva com a Prefeitura de Jaboatão.

Vera Lúcia de Brito, representante da Defesa Civil do Recife, destacou que a entidade organizou um seminário com a população de Coqueiral sobre alagamentos, o qual teve resultados muito positivos. Ela mencionou ainda que há planos de expandir essa iniciativa para outras regiões.

João Vítor, representante da vereadora Liana Cirne, disse que ela tem grande preocupação com a questão das chuvas e da vulnerabilidade da população a desastres climáticos e está à disposição para contribuir com as atividades da Frente Parlamentar.

Assis Lacerda, representante do Crea-Pernambuco, afirmou que a entidade conta com profissionais especializados em recursos hídricos, capacitados para avaliar e analisar projetos, estudos hidrológicos, e intervenções como dragagem, revitalização e recuperação da capacidade de drenagem das bacias em áreas urbanas. Ele ressaltou a importância da coordenação das iniciativas por parte do governo estadual.

Ivo Lima, promotor de Meio Ambiente da capital e representante do Ministério Público de Pernambuco, informou que a Promotoria do Recife já

iniciou uma investigação sobre a situação do Rio Tejipió, e que alguns órgãos do município do Recife e do Estado de Pernambuco já forneceram respostas a respeito.

Sugestão de encaminhamento para a Frente Parlamentar: encaminhar à Frente Parlamentar e ao Fórum Popular do Rio Tejipió cópia do inquérito civil instaurado pelo MPPE.

Ana Sampaio, representante do Crea-Jaboatão dos Guararapes, disse que a entidade está atuando no sentido de ouvir toda a problemática de alagamentos, deslizamento de barreiras, segurança e saúde pública que perpassa o cotidiano das famílias no entorno do Rio Tejipió, com o objetivo de consolidar todas as reivindicações e promover debates relacionados à área de engenharia.

Ana Cláudia Farias, representante da Defesa Civil de Jaboatão do Guararapes, propôs como encaminhamento a elaboração de um Plano de Contingência Integrado para a bacia do Rio Tejipió entre os municípios de São Lourenço da Mata, Jaboatão e Recife.

Por fim, o Deputado João Paulo do PT agradeceu a presença da população, das lideranças locais, representantes da sociedade civil e do poder público. O Parlamentar enfatizou que a questão do Rio Tejipió deve ser abordada como um problema metropolitano, requerendo a união e o diálogo entre as três cidades envolvidas e outras instâncias oficiais. Ele também destacou que a frente, a partir de agora, pretende encaminhar as demandas levantadas na reunião, cobrando ações do Governo do Estado e dos três municípios envolvidos. Isso inclui a solicitação de informações oficiais sobre o andamento de projetos estaduais e municipais para o alargamento do Rio Tejipió e outras medidas que possam aliviar o sofrimento da população.

Figura 7 - Quarta reunião ordinária da Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental



Fonte: Alepe/Divulgação.

3.5 Quinta Reunião Ordinária:

No dia 26 de maio de 2025, em reunião realizada no Auditório Ênio Guerra, no Edifício Miguel Arraes, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, ocorreu a 5ª reunião ordinária da **Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental**. A reunião foi coordenada pelo Deputado João Paulo do PT (PT) e contou com a presença da Deputada Dani Portela, do professor Fabrízio Listo (UFPE); de Marcelo Cauás Asfora, secretário executivo de Infraestrutura Hídrica do Governo do Estado; do Coronel Clóvis Ramalho, secretário executivo de Defesa Civil do Governo do Estado; de Clênio Torres, representando a Apac; de Gérson Vicente, representando a Secretaria de Meio Ambiente de São Lourenço da Mata; de Rildo Wanderley, do Movimento Forte; de André Araripe, da Fase, além de representantes dos mandatos das vereadoras Liana Cirne, Jô Cavalcanti e Kari Santos, registrando-se a ausência da Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura do Recife e das Defesas Civis do Recife e de São Lourenço da Mata.

O objetivo da reunião foi discutir a situação socioambiental da bacia do Rio Tejipió e a necessidade de articulação entre os entes públicos para

enfrentamento dos problemas estruturais da região. O Deputado João Paulo do PT abriu a reunião destacando a urgência da construção de um pacto metropolitano entre Recife, Jaboatão dos Guararapes e São Lourenço da Mata, ressaltando que a complexidade da bacia exige soluções integradas e coordenadas.

Em seguida, o professor Fabrízio Listo apresentou diagnóstico técnico sobre a situação crítica da bacia do Rio Tejipió, destacando problemas como assoreamento, falta de saneamento básico, poluição, ausência de vegetação protetora e infraestrutura inadequada de drenagem, fatores que tornam a região altamente vulnerável a inundações.

O convidado enfatizou a necessidade de antecipação e prevenção, defendendo a gestão integrada da bacia e a adoção de medidas estruturais, como obras de micro e macrodrenagem, parques alagáveis e barragens, além de medidas não estruturais, como educação ambiental, mapeamento de riscos e sistemas de alerta. O docente também destacou a importância da criação de um comitê de bacia específico para o Rio Tejipió e a urgência de políticas habitacionais e de saneamento para reduzir as vulnerabilidades sociais.

Durante a reunião, os participantes manifestaram preocupação com a ausência de representantes da Prefeitura do Recife nas discussões públicas sobre o Programa ProMorar, sendo aprovado o envio de pedido formal de informações ao município, solicitando transparência sobre o projeto e seus impactos ambientais e urbanísticos.

Também foi deliberada a articulação de audiências conjuntas com as prefeituras de Recife, Jaboatão dos Guararapes e São Lourenço da Mata, considerando o caráter intermunicipal da bacia hidrográfica do Tejipió.

Ficou definido ainda que haverá audiência com a Compesa para tratar da precariedade da rede de esgoto e dos problemas de tubulação, além da realização de visita técnica ao Loteamento Parque São João, no dia 29 de maio, para avaliação de danos ambientais e impactos das obras. Houve apoio ao Pacto Metropolitano, condicionado à transparência das ações e à inclusão das demandas locais, reforçando-se a importância do controle social.

Encaminhamento: Envio de pedido formal de informações à Prefeitura do Recife sobre o Programa ProMorar, articulação de audiências conjuntas entre os municípios da bacia do Rio Tejipió, realização de audiência com a

Compesa e visita técnica ao Loteamento Parque São João para avaliação dos impactos ambientais e urbanísticos.

3.6 Sexta Reunião Ordinária:

No dia 3 de novembro de 2025, em reunião realizada no Auditório Sérgio Guerra, no Edifício Miguel Arraes, na Assembleia Legislativa de Pernambuco ocorreu a 6ª reunião ordinária da **Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental**.

A reunião foi coordenada pelo Deputado João Paulo do PT (PT) e contou com a presença da Deputada Rosa Amorim; de Larissa Ferreira, representando a Secretaria de Recursos Hídricos do Governo do Estado; de Pedro Ribeiro, Secretário Executivo das Periferias do Governo do Estado; de André Araripe, representando a Fase – Solidariedade e Educação; de Géssica Dias, representando o Fórum Popular do Rio Tejipió (FORTE), e de Cristinalva Lemos, representando o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec), além de representantes de movimentos sociais, entidades civis e moradores das comunidades da bacia.

O objetivo da reunião foi discutir a injustiça socioambiental na bacia do Rio Tejipió e a necessidade de medidas estruturantes para sua recuperação ambiental, reassentamento digno das famílias atingidas e integração da governança metropolitana. O Deputado João Paulo do PT abriu a reunião destacando que a situação da bacia representa um caso de racismo ambiental que aprofunda desigualdades territoriais e defendeu a construção de soluções integradas entre o Governo do Estado e as prefeituras de Recife, Jaboatão dos Guararapes e São Lourenço da Mata.

Durante a reunião, foram apresentadas três linhas prioritárias de ação da Frente Parlamentar: a realização de estudos técnicos e levantamento de dados sobre a bacia; a implementação de ações territoriais integradas entre Estado e Municípios; e a defesa da dignidade e do direito à cidade das populações afetadas.

Larissa Ferreira apresentou o Plano Hidroambiental do Estado e comprometeu-se a ampliar o diálogo com o Comitê de Bacia. Géssica Dias destacou a fragmentação da gestão entre os municípios e defendeu a construção de um pacto metropolitano que reconheça a intermunicipalidade da bacia. Cristinalva Lemos ressaltou a necessidade de um plano integrado e

exequível para toda a bacia e informou o acompanhamento do Programa ProMorar junto ao Ministério Público. André Araripe enfatizou a necessidade de estudos hidrodinâmicos abrangentes no Alto Tejipió e reforçou que o reassentamento digno das famílias deve ser condição essencial em qualquer intervenção.

Outros participantes manifestaram preocupação com a ausência de ações concretas e defenderam maior participação do Governo do Estado na coordenação das políticas públicas, a criação de um Comitê Integrado de Bacia e a unificação das ações entre Recife, Jaboatão dos Guararapes e São Lourenço da Mata. Foram apresentadas demandas por visitas técnicas às comunidades afetadas, melhoria da escuta institucional e acompanhamento dos projetos habitacionais e ambientais em curso.

Encaminhamento: Realização de reunião *in loco* denominada “Ação Territorial” nas comunidades da bacia; solicitação de estudos integrados sobre o Alto Tejipió à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado; elaboração de Nota Técnica sobre proteção das nascentes pela Consultoria Legislativa da Alepe; envio de pedido de informações ao Governo do Estado sobre comitês de bacia existentes; acompanhamento do projeto de reassentamento e indenização digna no âmbito do Programa ProMorar; e proposta de criação de um Comitê Integrado da Bacia do Rio Tejipió envolvendo órgãos estaduais, Condepe/Fidem e prefeituras da Região Metropolitana.

4. CONCLUSÕES DA FRENTE PARLAMENTAR

Diante das diversas opiniões técnicas e políticas ouvidas apresenta-se nesta seção o diagnóstico da situação e as recomendações parciais da Frente Parlamentar.

4.1. Diagnóstico dos principais aspectos

Os principais problemas e entraves encontrados ao longo dos trabalhos da **Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua importância socioambiental** foram:

- **Participação popular nas intervenções promovidas pelo Programa ProMorar**

O orçamento do Programa é de 325 milhões de dólares americanos, distribuídos entre os diferentes componentes, conforme exposto na figura que se segue, extraída do AIAS- Avaliação de Impacto Ambiental e Social.

Figura 8 - Orçamento do Programa ProMorar

EDT	Componentes	BID	Contrapartida Local	TOTAL
1	**Componente 1. Urbanização Integrada**	**107.055.000**	**44.362.000**	**151.417.000**
	Urbanização Integrada	**30.410.000**	**12.647.000**	**43.057.000**
1.1	Produto 1: Área urbanizada	18.642.000	7.665.000	26.307.000
1.2	Produto 2: Novas conexões domiciliárias de esgotamento implementadas nas áreas de intervenção de programa.	986.000	464.000	1.450.000
1.3	Produto 3: Rede de esgotamento sanitário ampliada nas áreas de intervenção do programa	2.794.000	1.206.000	4.000.000
1.4	Produto 4: Equipamentos sociais construídos e mobiliados	7.988.000	3.312.000	11.300.000
	Reassentamento de famílias	**70.751.000**	**30.109.000**	**100.860.000**
1.5	Produto 5: Famílias reassentadas	70.751.000	30.109.000	100.860.000
	Melhoramento de moradias e regularização fundiária	**4.004.000**	**1.606.000**	**5.610.000**
1.6	Produto 6: Moradias melhoradas	3.828.000	1.572.000	5.400.000
1.7	Producto 7: Hectares regularizados	176.000	34.000	210.000
	Iniciativas para o desenvolvimento sócio- produtivo	**1.890.000**	**-**	**1.890.000**
1.8	Produto 8: Comunidades de interesse social (CIS) atendidas com intervenções de urbanismo inclusivo e diverso	630.000	-	630.000
1.9	Produto 9: Mulheres capacitadas em empreendedorismo	450.000	-	450.000
1.10	Produto 10: Plano de ação para a capacitação em inclusão produtiva da população LGBTQIA+	450.000	-	450.000
1.11	Produto 11: Iniciativas de empreendedorismo juvenil de impacto social premiadas com participação de pessoas pretas e pardas	360.000	-	360.000
2	**Componente 2. Infraestrutura resiliente**	**130.428.000**	**18.494.000**	**148.922.000**
	Macrodrenagem dos rios Tejipió, Moxotó e Jiquiá	**78.672.000**	**-**	**78.672.000**
2.1	Produto 12: Obras de macrodrenagem finalizadas	27.345.000	-	27.345.000
2.2	Produto 13: Parques lineares implantados	51.327.000	-	51.327.000
	Contenção de encostas	**51.756.000**	**18.494.000**	**70.250.000**
2.3	Produto 14: Obras de contenção de encosta realizadas	51.166.000	18.494.000	69.660.000
2.4	Produto 15: Obras de contenção de encostas com equipamento público implantados	590.000	-	590.000
3	**Componente 3. Modernização dos instrumentos de gestão urbana e habitacional**	**9.341.000**	**2.144.000**	**11.485.000**
	Fortalecimento dos instrumentos de planejamento urbano e habitacional	**5.835.000**	**-**	**5.835.000**

EDT	Componentes	BID	Contrapartida Local	TOTAL
3.1	Produto 16: Sistema de Gestão de Dados Urbanos, Habitacionais e Sociais, implementado	900.000	-	900.000
3.2	Produto 17: Computadores para BIM adquiridos e instalados	81.000	-	81.000
3.3	Produto 18: Licenças de software de BIM adquiridos e instalados	925.000	-	925.000
3.4	Produto 19: Capacitações em BIM realizadas	554.000	-	554.000
3.5	Produto 20: Plano Local em Habitação de Interesse Social (PLHIS) do Recife atualizado	325.000	-	325.000
3.6	Produto 21: Sistema de Gestão e Monitoramento de Riscos Climáticos definido	2.420.000	-	2.420.000
3.7	Produto 22: Mulheres agentes comunitárias capacitadas em prevenção e gestão de riscos climáticos	90.000	-	90.000
3.8	Produto 23: Sistema de controle urbano implementado	540.000	-	540.000
	Inovação em Programas Habitacionais	**3.506.000**	**2.144.000**	**5.650.000**
3.9	Produto 24: Número de programa piloto de inovação habitacional implementado	3.506.000	2.144.000	5.650.000
4	**Administração do Programa**	**13.176.000**	**-**	**13.176.000**
4.1	Gestão do programa	8.200.000	-	8.200.000
4.2	Fortalecimento da UGP	596.000	-	596.000
4.3	Supervisão do Programa	3.980.000	-	3.980.000
4.4	Auditoria e avaliação	400.000	-	400.000
TOTAL		**260.000.000**	**65.000.000**	**325.000.000**

Fonte: Figura extraída da Avaliação de Impacto Ambiental do Programa ProMorar.

A partir da análise dos documentos referenciais do Programa ProMorar[8], observa-se que a política pública deve, além de incentivar a participação popular, engajar as partes interessadas, com o intuito de promover a construção coletiva da intervenção pública.

O BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento possui entre as suas premissas a exigência que o projeto urbano busque o máximo de envolvimento das pessoas nos processos de decisão, implantação, gestão e controle das intervenções, com o intuito de tornar sustentável a ação governamental.

Por exemplo, o documento que estabelece o Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS)[9] do ProMorar estabelece algumas ações de participação popular como:

[8] Disponível em: <https://promorar.recife.pe.gov.br/estudos-e-documentos/>. Acesso em: 25 set. 2024.
[9]Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Ix64SD8_KhFC235Bh5DXErHlddcRGuwM/view>. Acesso em: 30 set. 2024.

- Garantir que as queixas das pessoas afetadas pelo projeto e as comunicações externas de outras partes interessadas sejam respondidas e gerenciadas adequadamente;
- Promover e fornecer meios para o envolvimento adequado com as pessoas afetadas pelo projeto e outras partes interessadas ao longo do ciclo do projeto em questões que possam potencialmente afetá-las e garantir que as informações ambientais e sociais relevantes sejam divulgadas e disseminadas.

No entanto, apesar da previsão de participação popular nas decisões do Programa ProMorar, observou-se, nas reuniões realizadas pela Frente Parlamentar, que as entidades sociais e o público geral não foram devidamente consultados acerca das decisões implementadas no âmbito da política pública.

As reuniões realizadas nas comunidades tiveram como queixa contínua a falta de diálogo com os representantes do programa e a ausência de comunicação sobre as medidas a serem implementadas. Esse diagnóstico gera grave preocupação para o colegiado parlamentar, uma vez que a população não se sentiu representada ao longo do processo decisório e de implementação das intervenções públicas.

Esse cenário é ainda mais desafiador pois, como demonstrado nos capítulos iniciais, o Programa ProMorar possui diversas licitações em andamento, contratos assinados e execução orçamentária prevista.

Outro ponto relacionado à participação popular levantado ao longo das reuniões se refere ao processo de remoção dos moradores de áreas nas proximidades do Rio Tejipió.

Os documentos de reassentamento do Programa ProMorar[10] ressaltam que as desocupações devem reduzir os deslocamentos das comunidades, buscando manter a maioria das famílias nos locais originários, por meio de reassentamento por permuta, construção de unidades habitacionais em territórios vizinhos à área de intervenção, buscando minimizar os impactos na convivência social.

[10] Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/155F4jxkWDhrao4uXLQZvrtrZa7m95xha/view>. Acesso em: 1 out. 2024.

No entanto, nas reuniões realizadas, especialmente na 4ª reunião efetuada na Igreja Batista do bairro do Coqueiral, no Recife, foram apresentadas diversas manifestações acerca da falta de comunicação sobre o processo de remoção de moradores, bem como questionamentos a respeito do pagamento de eventuais indenizações às famílias atingidas pelas medidas. Os posicionamentos demonstram a necessidade de maior transparência no processo de reassentamento das famílias.

Ainda foi questionado pela população, especialmente na terceira reunião ordinária realizada na Escola Estadual Marcelino Champagnat, no bairro de Tejipió, que o Regulamento Operacional do Programa[11] prevê a atividade de proteção e contenção de encostas em áreas de vulnerabilidade socioambiental, classificadas como sendo de risco alto e muito alto. De acordo com a comunidade, essa regra não vem sendo cumprida, uma vez que comunidades categorizadas como de risco muito alto de vulnerabilidade, como a do Sapo Nu e do Coqueiral, não se encontram contempladas pelas intervenções públicas.

Por fim, outro importante ponto destacado nas reuniões refere-se à necessidade de incremento dos investimentos públicos na Bacia do Rio Tejipió, uma vez que o Programa Promorar, apesar dos importantes avanços, soluciona apenas 30% dos alagamentos da área, segundo dados da ONG Fase.

- **Falta de governança federativa para solução dos problemas presentes na Bacia do Rio Tejipió**

A governança federativa pode ser definida como a participação de vários entes federados no processo de produção de decisões e de gestão de políticas públicas[12]. Nesse sentido, especialmente em países federados, a governança nas intervenções públicas alinha-se à necessidade de coordenação das ações

[11] Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1_pLFqJK1XFPrv-H3AHDX1dfLt_xux0Xq/view>. Acesso em: 30 set. 2024.
[12] Disponível em : <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/5330/1/Governan%C3%A7a%20federativa%20nas%20pol%C3%ADticas%20de%20sa%C3%BAde%20e%20assist%C3%AAncia%20social%20-%20processo%20decis%C3%B3rio%20nas%20Comiss%C3%B5es%20Intergestores%20Tripartite%202009-2012.pdf>. Acesso em: 1 out. 2024.

dos entes federados autônomos e a cooperação entre si para a maior eficácia da intervenção pública.

No caso da Bacia do Tejipió, observa-se primeiramente que o rio é um bem do estado, como definido no art. 26, inciso I da Constituição Federal. Por sua vez, a gestão de resíduos sólidos é atribuição dos municípios, como definido no art. 10, caput, da Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A referida lei ainda destaca que incumbirá aos estados a promoção da gestão integrada, com o intuito de promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, conforme extrai-se do teor do art. 11, inciso I da Lei Federal nº 12.305/2010.

Dessa forma, observa-se que as ações e intervenções na Bacia do Rio Tejipió, que perpassa os municípios de São Lourenço da Mata, Recife e Jaboatão dos Guararapes, exigem uma ação governamental articulada e coordenada entre os entes municipais e o Governo de Pernambuco.

Ao longo das reuniões, foi evidente a ausência de articulação, planejamento e coordenação entre os entes subnacionais. Os investimentos necessários para a implementação de ações públicas são vultosos e exigem, especialmente por parte do Governo de Pernambuco, um protagonismo no processo de articulação e planejamento das intervenções.

Além disso, as reuniões apontaram que a única política pública robusta de intervenção na Bacia hidrográfica encontra-se no Programa ProMorar, do Município do Recife, sendo que ao longo dos trabalhos não foi apresentada nenhuma ação estatal relevante para a população dos municípios de São Lourenço da Mata e de Jaboatão dos Guararapes.

Portanto, é necessário o aprimoramento da governança interfederativa na gestão da Bacia do Rio Tejipió, por meio do protagonismo do Governo de Pernambuco no processo de coordenação, planejamento e investimento nas ações públicas.

- **Falta de articulação entre os órgãos e entidades dos governos municipais**

De forma didática, Celina Souza[13] define a coordenação de políticas públicas como a organização de todas as atividades que estruturam determinada intervenção estatal, com o objetivo de alcançar consenso entre indivíduos e organizações para atingir os objetivos pactuados. Associado ao conceito de coordenação, encontra-se a cooperação que é, segundo a autora, uma ação discricionária e voluntária dos indivíduos para um trabalho conjunto visando ao benefício mútuo.

As políticas públicas voltadas para a Bacia do Rio Tejipió são interdisciplinares, pois envolvem temas como habitação, saúde pública, saneamento básico, defesa civil, transporte público, dentre outros. Dessa forma, a ação estatal na área exige a conjugação de esforços de coordenação e cooperação entre os diferentes órgãos e entidades da administração pública dos entes federativos envolvidos.

Ao longo das reuniões ficou evidente a ausência de coordenação, cooperação e definição de atribuições entre os órgãos públicos envolvidos das prefeituras de Recife, Jaboatão dos Guararapes e São Lourenço da Mata, bem como do Governo do Estado de Pernambuco.

Por exemplo, nas reuniões habitualmente encontravam-se presentes representantes da Defesa Civil, especialmente dos municípios de Jaboatão dos Guararapes e do Recife. Em algumas intervenções dos representantes governamentais foi pontuado que diversas demandas exigiam ações específicas de outros órgãos governamentais que não se encontravam alinhados na intervenção pública na Bacia do Rio Tejipió.

A falta de articulação dos órgãos governamentais ficou ressaltada na terceira reunião ordinária, na qual foi relatado que a Emlurb ainda não havia terminado o serviço de limpeza do canal na área, gerando grande transtorno para a população da região do Ipsep. Essa ausência de coordenação encontra-se ainda nítida na falta de representação de importantes órgãos governamentais nas reuniões realizadas pela Frente Parlamentar, o que

[13] Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3329/1/Livro_Coordena%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf>. Acesso em: 2 out. 2024.

expressa a desarticulação das ações públicas até mesmo para escutar e solucionar as demandas sociais.

Dessa forma, é papel relevante deste colegiado exigir a elaboração de um plano de coordenação e cooperação entre os órgãos governamentais envolvidos na Bacia do Rio Tejipió.

- **Formação de um orçamento participativo para enfrentamento dos problemas levantados pela população residente na Bacia do Rio Tejipió**

O orçamento participativo (OP) é definido pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos[14] como um processo democrático, direto, voluntário e universal, no qual as pessoas podem discutir e decidir sobre orçamento e políticas públicas. Nesse modelo há uma extensão da participação do cidadão, que deixa de limitar sua participação política ao ato de votar, e passa a se engajar na eleição das prioridades dos gastos públicos e no controle da administração governamental. O OP garante protagonismo às decisões populares de alocação dos recursos públicos, tratando-se de efetivo mecanismo de participação social.

Em nível nacional, o OP teve início no município de Porto Alegre, acumulando diversas conquistas e contribuições para a sociedade local. O documento do Programa das Nações Unidas reconhece diversos benefícios do OP, dentre os quais se destacam: o aprofundamento do exercício da democracia, a eficácia na prestação de contas aos cidadão, a modernização na gestão da administração pública por meio da escuta direta dos envolvidos nas políticas públicas, a ordenação correta das prioridades sociais e a promoção de justiça social, aumento da confiança nos gestores públicos, fortalecimento de uma cultura democrática no seio social e incremento da transparência na gestão pública.

Diante do insuficiente reconhecimento dos interesses da população nas intervenções públicas da Bacia do Rio Tejipió, especialmente no âmbito do Programa ProMorar, foi proposta a implementação do Orçamento Participativo

[14] Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/Portuguese%20version.pdf>. Acesso em: 27 set. 2024.

para a gestão das soluções relacionadas ao recurso hídrico, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira justa e que as necessidades das comunidades mais afetadas sejam devidamente atendidas.

Esse orçamento participativo deve ser elaborado de forma coordenada e cooperativa entre os entes federativos envolvidos.

- **Elaboração de Plano de Contingência para a Bacia do Rio Tejipió**

A primeira reunião ordinária do colegiado tratou da necessidade de elaboração de Plano de Contingência para a Bacia do Rio Tejipió, de forma a minimizar os impactos oriundos de eventos climáticos extremos. Esse plano deve ser intersetorial, pois envolve diferentes pastas governamentais, além de exigir governança e diálogo interfederativo para contemplar todas as áreas sujeitas a riscos e desastres.

Durante a reunião, a representante da Prefeitura do Recife explanou que o município possui Plano de Intervenção específico para o Rio Tejipió. No entanto, o Plano de Ação de Inverno, cobrado insistentemente por esse colegiado, foi publicado apenas no final do mês de abril, ou seja, muito próximo do período chuvoso, dificultando uma análise mais acurada do documento pelas outras instâncias governamentais e pela população em geral.

Os representantes sociais presentes na reunião salientaram que o Plano de Contingência e a Ação de Inverno do Município do Recife apresenta uma solução circunstancial e temporária ao problema dos desastres naturais, sendo que a população convive diariamente com enchentes, alagamentos e outras adversidades.

Essa problemática recorrente da população que vive na Bacia do Tejipió exige a elaboração de um plano comunitário, com ampla participação social, além da capacitação das organizações da sociedade civil para que forneçam informações à comunidade sobre como lidar diariamente com os desafios enfrentados.

O Plano de Ação de Inverno de 2024 do Recife prevê a existência de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil. De acordo com o relato da população, é necessário expandir essa ação governamental para o treinamento

de contingente maior de atores da sociedade civil para atuação junto à comunidade.

No que se refere aos municípios de Jaboatão dos Guararapes e São Lourenço da Mata, não foi encontrado nos meios públicos de divulgação informações acerca dos Planos de Contingência. A representante da Defesa Civil de Jaboatão dos Guararapes ressaltou que o município conta com um plano abrangente de prevenção a inundações, embora não tenha mencionado especificamente o Rio Tejipió.

Outro ponto importante refere-se à necessidade de maior apoio do Governo de Pernambuco na elaboração de um plano interfederativo de contingência para a Bacia do Rio Tejipió, uma vez que, ao longo dos trabalhos, não houve menção de apoio do governo estadual na estruturação de um plano de mitigação dos efeitos adversos de desastres naturais.

O Governo de Pernambuco, nos termos da Lei Federal 12.608/2012 e do Decreto nº 56.568/2024[15], deve apoiar, sempre que necessário, os municípios no levantamento das áreas de risco, na elaboração dos Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil e na divulgação de protocolos de prevenção e alerta e de ações emergenciais.

Portanto, é urgente o esforço dos entes federativos envolvidos para a elaboração de um Plano de Contingência específico para a Bacia do Rio Tejipió, por meio da adoção de medidas permanentes que reduzam os efeitos adversos dos desastres naturais na região.

4.2. Recomendações da Frente Parlamentar

Diante do panorama apresentado, recomendam-se algumas medidas para o Poder Executivo do Estado de Pernambuco, do Município do Recife, de Jaboatão dos Guararapes e de São Lourenço da Mata, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Recomendam-se as seguintes medidas ao **Poder Executivo do Estado de Pernambuco**:

a) Encaminhar cópia do presente relatório às autoridades competentes.

[15] Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=77426>. Acesso em: 1 out. 2024.

A frente parlamentar requer, ainda, que os órgãos citados encaminhem as informações abaixo, de acordo com suas atribuições institucionais:

b) Valores orçados e executados para despesas referentes à Bacia do Rio Tejipió no período 2020 a 2026, com detalhamento de ações e subações previstas na classificação programática da despesa;
c) Detalhamento dos projetos estaduais previstos para a Bacia do Rio Tejipió e para a população envolvida, e
d) Informações sobre ações estaduais para a coordenação e planejamento de políticas públicas na Bacia do Rio Tejipió, em conjunto com os municípios envolvidos;

Quanto ao **Poder Executivo do Município do Recife**, sugerem-se as seguintes medidas:

a) Encaminhar cópia do presente relatório às autoridades competentes.

Requer-se, ainda, que os órgãos citados encaminhem as informações abaixo, de acordo com suas atribuições institucionais:

b) Listagem de todas as obras contratadas e previstas no Programa ProMorar, com indicação de valores e empresas contratadas e cópia dos instrumentos contratuais firmados;
c) Descrição de todas as ações consultivas e de participação popular no Programa ProMorar, em conjunto com atas e demais documentos que atestem a escuta da população envolvida;
d) Informações acerca do andamento das ações de reassentamento das famílias envolvidas no Projeto ProMorar. Nesse sentido, requerem-se dados acerca do quantitativo de famílias reassentadas, valores de indenizações e locais de reassentamento;
e) Valores orçados e executados para despesas referentes à Bacia do Rio Tejipió no orçamento municipal de 2020 a 2026, com detalhamento de ações e subações previstas na classificação programática da despesa;

f) Informações de outros planos de ação, além do Programa ProMorar, para revitalização do Rio Tejipió e para a população envolvida;
g) Informações acerca do desenho institucional das ações de intervenção no Rio Tejipió, descrevendo atribuições e governança entre os diferentes órgãos e entidades da administração pública municipal, e
h) Encaminhamento do Plano de Contingência específico para o Rio Tejipió.

Quanto ao **Poder Executivo do Município de Jaboatão dos Guararapes**, sugerem-se as seguintes medidas:

a) Encaminhar cópia do presente relatório às autoridades competentes.

Requer-se, ainda, que os órgãos citados encaminhem as informações abaixo, de acordo com suas atribuições institucionais:

b) Valores orçados e executados para despesas referentes à Bacia do Rio Tejipió no período de 2020 a 2026, com detalhamento de ações e subações previstas na classificação programática da despesa;
c) Listagem e descrição de todas as ações municipais previstas para a Bacia do Rio Tejipió e para a população envolvida;
d) Encaminhamento do Plano de Contingência do município e de ações de prevenção e preparação para desastres, com ênfase na resposta a eventos climáticos extremos no Rio Tejipió, e
e) Informações acerca do desenho institucional das ações de intervenção no Rio Tejipió, descrevendo atribuições e governança entre os diferentes órgãos e entidades da administração pública municipal.

Quanto ao **Poder Executivo do Município de São Lourenço da Mata**, sugerem-se as seguintes medidas:

a) Encaminhar cópia do presente relatório às autoridades competentes.

Requer-se, ainda, que os órgãos citados encaminhem as informações abaixo, de acordo com suas atribuições institucionais:

b) Valores orçados e executados para despesas referentes à Bacia do Rio Tejipió no orçamento municipal de 2020 a 2026, com detalhamento de ações e subações previstas na classificação programática da despesa;
c) Listagem e descrição de todas as ações municipais previstas para a Bacia do Rio Tejipió e para a população envolvida;
d) Encaminhamento do Plano de Contingência do município e de ações de prevenção e preparação para desastres, com ênfase na resposta a eventos climáticos extremos no Rio Tejipió, e
e) Informações acerca do desenho institucional das ações de intervenção no Rio Tejipió, descrevendo atribuições e governança entre os diferentes órgãos e entidades da administração pública municipal.

Quanto ao **Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco,** recomenda-se que seja encaminhada cópia do presente relatório às autoridades competentes.

Quanto ao **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, sugerem-se as seguintes medidas:

a) Encaminhar cópia do presente relatório às autoridades competentes, e
b) Requerer cópia do inquérito civil instaurado pelo MPPE, no âmbito da Bacia do Rio Tejipió.

Quanto à **Universidade Federal de Pernambuco,** recomenda-se que seja encaminhada cópia do presente relatório às autoridades competentes.

Diante do exposto, solicitamos o valoroso apoio dos nobres parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco para a aprovação deste Relatório Final.

DEPUTADO JOÃO PAULO do PT

Coordenador-Geral